

**RE no AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 59.522 - SP
(2018/0319347-3)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : ALADIO PALMIERI JOSE ADRIANO
ADVOGADO : JOÃO CARLOS CAMPANINI E OUTRO(S) - SP258168
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : VANESSA MOTTA TARABAY E OUTRO(S) - SP205726
S

FILIFE PAULINO MARTINS - SP329160

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE PERDA DE POSTO E PATENTE DOS OFICIAIS E GRADUAÇÕES DAS PRAÇAS. COMPETÊNCIA. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. RE N. 601.146/RG. TEMA 358/STF. SOBRESTAMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por ALADIO PALMIERI JOSÉ ADRIANO, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fls. 287):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. MILITAR. CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. POSSIBILIDADE. CONDENAÇÃO PENAL POR CRIME COMETIDO EM ATIVIDADE.

1. A orientação jurisprudencial tanto do Supremo Tribunal Federal quanto deste Superior Tribunal de Justiça admitem a aplicação da sanção disciplinar "cassação de aposentadoria" em face de militares que, embora aposentados, tenham cometido faltas graves ainda em atividade.

2. No caso em concreto, o próprio servidor militar ressalta que foi submetido a apuração de faltas graves (por exigências indevidas a administradores de casas de jogos de azar para deixar de adotar providências legais) ainda em atividade. Por fim, o acórdão a quo declara que a prática desses atos resultou na condenação do ora recorrente a uma pena de 06 anos e 08 meses de reclusão pelo delito de corrupção passiva.

3. Agravo interno não provido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 301/328), sustenta o recorrente, em síntese, que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve violação aos artigos 5º, II, XXXVI e LV, 40, 42, 125, § 4º, da Constituição Federal.

Reclama que "Autorizar que Tribunais dos Estados apliquem a pena de cassação de aposentadoria de servidores militares sem competência constitucional e sem qualquer previsão legal ultrapassa e muito os limites dos interesses entre as partes envolvidas" (fl. 304/305).

Afirma que "os proventos de aposentadoria não têm qualquer relação com o posto e patente do Recorrente. Trata-se de direito adquirido em razão de suas contribuições mensais" (fl. 311).

Aduz que "uma vez validada a aposentadoria do Recorrente, subentende-se que cumpriu os requisitos impostos para tal, portanto tais atos foram outrora considerados válidos e lícitos, assim, por limitação legal - vedada está nova determinação que busca dar ilicitude aquilo que antes foi declarado lícito" (fl. 314).

Defende que "a decretação da cassação dos proventos do Recorrente se deu quando já estava na situação de inatividade militar POR INCAPACIDADE DE SAÚDE, sem que exista em nosso ordenamento jurídico qualquer legislação que permita tal deliberação" (fl. 324).

Por fim, alega que "A Inicial foi subscrita pelo representante do Parquet paulista, que ao cumprir seu múnus público o ilustre Procurador não houve por formular qualquer requerimento para cassar os proventos do Recorrente, mas tão somente sua patente" (fl. 327).

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 333/335.

O recurso extraordinário foi inadmitido e encaminhado ao Supremo Tribunal Federal em razão da interposição de agravo em recurso extraordinário.

A Suprema Corte determinou a devolução e sobrestamento do feito (fls. 371).

É o relatório.

O recurso extraordinário deve ser sobrestado.

Com efeito, nos autos do Recurso Extraordinário n. 601.146/MS, o Plenário do Supremo Tribunal Federal reconheceu, por maioria, a existência de repercussão geral da questão constitucional referente à competência dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal para decidir sobre questão previdenciária, no bojo de processo autônomo de perda de posto e patente de militar (**Tema 358/STF**). Confira-se, por oportuno, a ementa do *decisum*:

ACÇÃO DECLARATÓRIA DE PERDA DE POSTO E PATENTE DOS OFICIAIS E GRADUAÇÕES DAS PRAÇAS – CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO – POSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA – ARTIGO 125, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Possui repercussão geral a controvérsia sobre a possibilidade de, ajuizada ação declaratória de perda de posto e patente dos oficiais e graduações das praças, haver um meio-termo para, ante condenação criminal transitada em julgado e conclusão de não ter o servidor militar condições de continuar a integrar o quadro da corporação, adotar-se a transferência para a reserva, consoante o disposto no artigo 125, § 4º, da Constituição da República.

(RE 601146 RG, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, julgado em 16/12/2010, DJe-034 DIVULG 18-02-2011 PUBLIC 21-02-2011 EMENT VOL-02467-02 PP-00428)

E, estando ainda o mérito do aludido recurso extraordinário pendente de

Superior Tribunal de Justiça

juízo de julgamento perante o Excelso Pretório, impõe-se o sobrestamento deste recurso.

Ante o exposto, nos termos do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil, **determino o sobrestamento deste recurso extraordinário até a publicação da decisão de mérito do Supremo Tribunal Federal sobre o Tema 358/STF da sistemática da repercussão geral.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura

Vice-Presidente